

Plataforma IPEA de Pesquisa em Rede

PESQUISA:

Coordenação e cooperação federativa em áreas que recebem grandes investimentos

TERMO DE REFERÊNCIA
(versão 23/03/2012)

1. Título da Pesquisa/Projeto:

Coordenação e cooperação federativa em áreas que recebem grandes investimentos

2. Unidade Responsável no IPEA:

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS DO ESTADO, DAS INSTITUIÇÕES E DA
DEMOCRACIA (DIEST)

3. Coordenação Nacional

COORDENADOR: Paulo de Tarso Frazão S. Linhares (IPEA/Diest)

3.1. Equipe:

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ronaldo Garcia (IPEA/Diest)
Constantino Mendes (IPEA/Diest)
Antônio Lassance (IPEA/Diest)
Ana Paula Ferreira (Bolsista)
Claudio Egler (Bolsista)

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – CE
Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Fundação Ceciliano Abel Almeida – ES
Paulo Henrique Assis Feitosa

**IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental
do Pará - PA**
Andréa dos Santos Coelho

**CONDEPE/FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de
Pernambuco - PE**
Júlio Cesar Silva

PUC/RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – RJ
Leslie Shéri da Ferraz

UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RN
Hironobu Sano

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – MA
Felipe Macedo de Holanda

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Vânia Pacheco

OCPF – Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo
Marcela Querubini

FJP - Fundação João Pinheiro – MG
Bruno Lazzarotte Diniz Costa

LAGET/UFRJ – Laboratório de Gestão do Território - RJ
(em consulta)

4. Proposta:

Busca-se compreender **como** os mecanismos de cooperação e coordenação entre entes federados tem sido utilizados ou mesmo podem potencialmente vir a ser úteis na promoção do desenvolvimento territorial¹ em face dos problemas e oportunidades, em áreas específicas, geradas por grandes investimentos.

A pesquisa contemplará três distintas dimensões que, no entanto, estão articuladas.

A primeira possui um caráter mais descritivo, pois, buscar-se-á identificar as transformações desencadeadas por ações relacionadas aos investimentos de grande vulto, não apenas do ponto de vista da infra-estrutura econômica e social, mas também na perspectiva dos diversos serviços públicos, bem como da segurança pública, da garantia dos direitos dos trabalhadores, da proteção aos direitos humanos, da promoção do acesso à justiça e de um desenvolvimento econômico e social sustentável. Assim, a pergunta que orienta a pesquisa nessa primeira dimensão é: Quais foram as transformações socioeconômicas desencadeadas pelos grandes investimentos nas áreas em que ocorrem? ²

Em uma segunda dimensão de análise, pretende-se descrever os mecanismos

¹ Nesse sentido, “território constituído como espaço social produzido e delimitado por um entorno que o ordena”. GEHLEN, Ivaldo e RIELLA, Alberto “*Dinâmicas territoriais e desenvolvimento Sustentável*”. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 20-26

² A descrição aqui proposta deve, idealmente, reconstituir a cadeia de causas e efeitos que geram o resultado final. Por exemplo, com o início das obras de Belo Monte (PA) a coleta de lixo nos municípios da região foi reduzida pois a empreiteira responsável pela construção da barragem contratou as pessoas habilitadas para dirigir caminhões na área e, com isso, a empresa responsável pela coleta de lixo ficou quase que impossibilitada de prestar o serviço.

atualmente utilizados, ou potencialmente utilizáveis, para a coordenação e cooperação federativa, no desenho e implantação de políticas públicas nesses territórios.³ Nessa dimensão deve-se tentar ainda compreender os fatores que condicionam a ocorrência, ou mesmo a ausência, desses mecanismos e, conseqüentemente, de coordenação e cooperação federativa para a potencialização dos efeitos positivos e/ou superação transformações negativas. Quando nenhum mecanismo for encontrado, o desafio é explicar por que, diante de ganhos de uma ação coordenada e cooperativa, os atores participantes do jogo federativo nessas áreas não os utilizam com esses fins. Nessa segunda dimensão as questões centrais são: Que mecanismos de coordenação e cooperação entre entes federados foram utilizados para fazer frente aos impactos? O que condicionou essa escolha? Quais os recursos (financeiros, materiais e humanos) foram, especificamente, alocados para tal propósito?

Por fim, a pesquisa também objetiva avaliar em que medida os mecanismos de coordenação e cooperação federativa utilizados ou utilizáveis foram ou seriam capazes de fazer frente aos impactos produzidos nas áreas de grandes investimentos. Assim, a questão central nessa terceira dimensão da pesquisa é: em que medida os mecanismos de cooperação e coordenação federativa foram eficazes diante das transformações geradas e que vantagens e desvantagens poderíamos esperar dos demais mecanismos potencialmente utilizáveis?

A partir dessas três dimensões de análise constitui parte da proposta desse trabalho apresentar recomendações e sugestões para o aprimoramento da cooperação e coordenação federativa entre entes federados no Brasil.

5. Justificativa:

O federalismo constitui um dos traços característicos do Estado brasileiro. Nosso arranjo federativo atual, com sua peculiar distribuição de recursos políticos e fiscais se apresenta simultaneamente como fator de dinamismo e estrangulamento em boa parte do que se convencionou chamar de ciclo das políticas públicas⁴. Naturalmente que identificar as implicações e condicionamentos para a efetividade das políticas públicas no Brasil requer compreender os intrincados mecanismos federativos que orientam a ação dos atores, dentro e fora do Estado, em cada uma das unidades federadas e nas relações de interdependência/cooperação/competição entre elas, ao longo das etapas desse ciclo.

O fato que os entes federados brasileiros possuem relativa autonomia política e financeira para estabelecer qual, como, quando e onde determinadas políticas públicas serão implantadas deve ser composto com a constatação de que muitos governos municipais, e mesmo estaduais e órgãos do governo federal, apresentam capacidades administrativas, técnicas e financeiras inferiores às demandas que suas responsabilidades exigem.

Por outro lado, o atendimento de necessidades sociais pode se apresentar de forma insatisfatória em função da natureza dos bens requeridos para atendê-las, em geral indivisíveis. Dessa forma, externalidades positivas e negativas tornam decisões de

³ Por mecanismos entende-se todas as formas pactuação, formais e mesmo informais, esporádicas ou regulares, específicas ou gerais, que visem a implementação de ações, nesse caso, cooperativas e coordenadas, entre entes federados (Municípios, Governo Estadual e/ou Federal). Entende-se o consórcio público a forma mais institucionalmente elaborada dessa pactuação.

⁴ O ciclo de uma política pública tem início no processo decisório no qual necessidades sociais são incluídas na agenda de prioridades do poder público e ações para atendê-las são desenhadas e se estende nas etapas de planejamento, implementação, monitoramento, avaliação, auditoria e revisão dessas ações.

oferta em uma jurisdição relevantes para o bem estar em outras.

Logo, a combinação entre distribuição de competências pelos entes, a autonomia política que cada um deles possui, a natureza dos efeitos de externalidades de políticas públicas e as fragilidades administrativas de diversas organizações públicas criam a possibilidade de resultados insatisfatórios em decorrência de ações não cooperativas e descoordenadas empreendidas para aproveitar oportunidades ou resolver problemas que se apresentam no exercício das suas competências.

Esse problema encontra-se presente de forma latente ou aguda e se revela pelo esforço de milhares de prefeituras e dos governos estaduais na criação de mecanismo de coordenação e cooperação intergovernamental, para muitas e diversas áreas de políticas públicas. Os consórcios entre entes federados são hoje um dos principais mecanismos de promoção dessa articulação federativa no Brasil.

Em várias regiões do território brasileiro, os benefícios de ações mais coordenadas e cooperativas já se mostrariam de maneira expressiva, sendo ainda mais importantes, todavia, naquelas que possuem forte crescimento econômico e demográfico decorrente de massivos investimentos, públicos e privados. Esse é o caso, em especial, das áreas de implantação de grandes projetos, como são as novas refinarias da Petrobras, os empreendimentos minero-metalúrgicos do Alto Paraopeba (MG), o Pólo Industrial de Linhares no Espírito Santo e a Usina hidrelétrica de Belo Monte no Estado do Pará. Nessas áreas estão ocorrendo investimentos de bilhões de reais e a chegada de dezenas de milhares de pessoas de outras áreas.

Não há dúvida de que essas iniciativas promoverão o crescimento econômico brasileiro. No entanto, para que seja possível transformar crescimento econômico em desenvolvimento econômico, político e social importa mobilizar, de forma cooperativa e coordenada, a capacidade de resposta do Estado que, como sabemos, se divide entre os três níveis em que é composta nossa federação. Portanto, dada a magnitude das transformações que estão sendo operadas naquelas áreas, a existência de mecanismos de coordenação e cooperação entre os entes federados permite a mobilização de recursos e a efetividade de respostas compatíveis com dimensão das transformações que já começam a se verificar.

6. Objetivos:

1.1. Geral:

Compreender a eficácia real e potencial dos mecanismos de coordenação e cooperação federativa, criados para lidar com as transformações impulsionadas por investimentos de grande vulto, no sentido da promoção do desenvolvimento territorial em suas dimensões econômica, social, ambiental, político-institucional e cultural.

1.2. Específicos:

1. Caracterizar os investimentos de grande vulto. (Público/privado, federal/estadual/municipal, montante dos recursos, setor, empregos criados, capacidade de encadeamento na economia local, demanda por recursos locais).
2. Identificar os principais processos de transformação decorrentes desses investimentos.
3. Delimitar a área de influencia dos grandes investimentos em cada um dos oito casos pesquisados;
4. Descrever e analisar as iniciativas de coordenação e cooperação entre

entes federados nessas áreas.

5. Avaliar o tipo de mecanismo e regras de coordenação e cooperação utilizados.
6. Identificar os principais atores envolvidos na promoção/veto da coordenação e cooperação (Dentro e fora do Estado).
7. Identificar os elementos do contexto atual, prévio e (projetivamente) futuro que condicionaram a escolha do mecanismo de cooperação/coordenação e sua efetividade.
8. Avaliar a capacidade das ações de coordenação e cooperação influenciar os processos de transformação em curso.
9. Avaliar a capacidade do mecanismo de coordenação e cooperação responder as necessidades decorrentes desses processos de transformação, bem como das transformações observadas..
10. Identificar possíveis outras alternativas de mecanismos de coordenação e cooperação entre entes federados no caso específico analisado.
11. Contribuir para o aprimoramento dos mecanismos de cooperação e coordenação federativa.
12. Sugerir medidas de natureza preventiva que possibilitem evitar/minimizar problemas e aumentar o potencial de virtuosidade dos grande investimentos para o desenvolvimento de suas áreas de influência.

7. Atividades e Procedimentos Metodológicos:

7.1. Agentes da Pesquisa:

AGENTE RESPONSÁVEL	RESPONSABILIDADES/ATRIBUIÇÕES
IPEA	<ol style="list-style-type: none">1 – Propor a concepção original do estudo2 – Realizar a coordenação geral e acompanhamento dos trabalhos3 – Propor a metodologia a ser utilizada nas diversas etapas da pesquisa4 – Participação crítica na elaboração, em conjunto com as instituições participantes, dos relatórios previstos no estudo;5 – Leitura, revisão e validação dos documentos e relatórios da pesquisa6 – Organização dos eventos previstos nas diversas etapas da pesquisa (oficinas de trabalho, seminários intermediários e seminário final)7 – Coordenação/edição da publicação dos resultados
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS NOS ESTADOS	<ol style="list-style-type: none">8 - Avaliar e apresentar sugestões para a concepção do estudo9 – Avaliar e propor alternativas metodológicas para as diversas etapas da pesquisa10 – Participação em <i>workshops</i> e eventos previstos11 – Realização das atividades de campo previstas12 - Realização de pesquisas e análise utilizando a base de dados consolidada IBGE/OCPF13 – Seleção, acompanhamento e avaliação dos bolsistas

	14 – Produção dos documentos e relatórios previstos
IBGE e OCPF	15 – Consolidar, em uma única base, as informações sobre consórcios entre municípios e entre esses e governos estaduais nas oito áreas selecionadas. 16 - Participação em <i>workshops</i> e eventos previstos. 17 - Realização de pesquisas e análise utilizando a base de dados consolidada IBGE/OCPF. 18 - Seleção, acompanhamento e avaliação dos bolsistas. 19 – Produção dos documentos e relatórios previstos.

7.2. Etapas da Pesquisa:

7.2.1. Atividades de pesquisa específicas a serem desenvolvidas

- a) Definição do quadro referencial e metodológico da pesquisa;
- b) Definição de procedimentos para a consolidação de uma base de dados sobre consórcios a partir da MUNIC e OCPF;
- c) Definição e caracterização da área de influência e seleção de setores/processos impactados pelos grandes investimentos;
- d) Identificação dos estudos existentes e suas respectivas metodologias;
- e) Referenciais básicos para uma metodologia de identificação dos principais impactos sobre a demanda de serviços públicos em áreas que recebem grandes investimentos;
- f) Identificação dos atores públicos e privados que condicionam a magnitude dos impactos;
- g) Análise das principais características que podem estar relacionadas à formação de mecanismos de cooperação e coordenação, em especial consórcios públicos, nas áreas de grandes investimentos;
- h) Identificação e descrição da trajetória de experiências de cooperação e coordenação federativa em cada uma das áreas estudadas;
- i) Seleção de pessoas a serem entrevistadas e elaboração do roteiro de entrevistas;
- j) Aplicação do roteiro de entrevistas;
- k) Interpretação e tendências das experiências de cooperação e coordenação federativa nas oito áreas selecionadas;
- l) Identificação da capacidade dos mecanismos de cooperação e coordenação utilizados
- m) Elaboração de síntese dos principais achados da pesquisa;
- n) Avaliação e sugestões para o aprimoramento dos mecanismos de cooperação e coordenação federativa;

Etapas de desenvolvimento do Trabalho.

Etapa I: Haverá nessa etapa a constituição do quadro referencial e metodológico que norteará a pesquisa. O IPEA e as demais instituições participantes irão:

- a) Definir o quadro referencial e metodológico da pesquisa;
- b) Definir o procedimentos para a consolidação de uma base de dados sobre consórcios a partir da MUNIC e OCPF;
- c) Identificação dos investimentos em cada área de estudo.
- d) Identificar a distribuição de competências entre os entes na prestação de

- serviços públicos.(Água, saneamento, lixo, transporte, trânsito e segurança)
- e) Identificar e analisar planos diretores e de habitação e outros de ordenamento do território.
 - f) Definir a natureza dos impactos decorrentes de grandes investimentos; Sugestão Metodológica é a de utilizarmos o conceito de “problema” do planejamento estratégico situacional (PES).
 - g) Definir a área de influência e seleção de setores impactados pelos grandes investimentos;

As definições serão discutidas por e-mails entre os membros da pesquisa, a partir de proposta do IPEA, para os itens a, c e d, e do IBGE e OCPF, para o item b. Todas as definições serão consolidadas no **workshop 1**, que terá a duração de dois dias e se realizará em Brasília no final de abril.

Produtos:

1. Termo de Referência do projeto;
2. Plano de trabalho;
3. Relatório de procedimentos para a consolidação de uma base de dados sobre consórcios a partir da MUNIC e OCPF.

Etapa II: A segunda etapa visa o desenvolvimento de procedimentos e instrumentos metodológicos próprios de cada equipe.

- a) Caracterização da área de influência a partir da definição dos setores/processos impactados, da magnitude dos grandes investimentos e das características de cada região;
- b) Identificação dos estudos existentes e suas respectivas metodologias (especialmente socio-economia dos eia rima);
- c) Referenciais básicos para uma metodologia de identificação dos principais impactos sobre a demanda de serviços públicos em áreas que recebem grandes investimentos;
- d) Identificação dos atores públicos e privados que condicionam a magnitude das transformações e/ou a cooperação e coordenação federativa na área.
- e) Seleção de pessoas a serem entrevistadas e elaboração do roteiro de entrevistas;
- f) Consolidação de uma versão experimental das bases de dados da MUNIC e do OCPF.
- g) 2º *workshop* será o espaço para a consolidação das pesquisas de cada equipe, terá a duração de dois dias e meio, e ocorrerá em uma das instituições participantes no final de julho. 12 a 14 de setembro no IPECE, em Fortaleza/CE.**

Nessa etapa todas as equipes deverão buscar trocar informações por e-mail visando homogeneizar critérios de pesquisa, especialmente quanto à caracterização da área de influência. O **workshop 2** será o espaço para a consolidação das pesquisas de cada equipe em relação, terá a duração de dois dias e meio, e ocorrerá em uma das instituições participantes no final de julho.

Produtos:

1. Relatório de caracterização de cada uma das áreas de estudo.
2. Relatório com a relação dos estudos já existentes sobre a área.
3. Roteiro metodológico para a identificação dos principais impactos sobre a demanda de serviços públicos em áreas que recebem grandes investimentos.

4. Relatório sobre os atores públicos e privados que condicionam a magnitude das transformações e/ou a cooperação e coordenação federativa na área e a seleção de pessoas a serem entrevistadas e elaboração do roteiro de entrevistas.
5. Versão experimental das bases de dados da MUNIC e do OCPF

Etapa III: Essa etapa tem por principal objetivo realizar a descrição das transformações verificadas e esperadas e das experiências de cooperação e coordenação federativa em cada uma das áreas e iniciar a análise comparativa dos casos estudados.

- a) A partir da utilização da versão experimental da base de dados IBGE/OCPF, analisar as principais características que podem estar relacionadas a formação de mecanismos de cooperação e coordenação, em especial consórcios públicos, nas áreas de grandes investimentos.
- b) Versão preliminar da identificação dos principais impactos sobre a demanda de serviços públicos em áreas que recebem grandes investimentos.
- c) Identificação e descrição da trajetória de experiências de cooperação e coordenação federativa em cada uma das áreas estudadas;
- d) Realização de entrevistas;

No **Workshop 3** pretende-se estabelecer uma visão geral, embora preliminar, das transformações geradas pelos grandes investimentos e, igualmente, explorar os resultados obtidos a partir da utilização da versão experimental da base de dados com as características observadas na descrição da trajetória de experiências de cooperação e coordenação federativa em cada uma das áreas estudadas e mesmo, quando for o caso, com informações colhidas nas entrevistas. O **workshop 3** terá a duração de dois dias, ocorrerá no início de novembro e se realizará em uma instituição participante.

Produtos:

1. Relatório das principais características que podem estar relacionadas à formação de mecanismos de cooperação e coordenação, em especial consórcios públicos, nas áreas de grandes investimentos.
2. Relatório preliminar identificando os principais impactos sobre a demanda de serviços públicos em áreas que recebem grandes investimentos.
3. Relatório descritivo da trajetória de experiências de cooperação e coordenação federativa em cada uma das áreas estudadas.

Etapa IV: Essa etapa busca uma compreensão consolidada, porém ainda sujeita a ajustes e aprimoramentos, sobre os impactos (observados e esperados) dos grandes investimentos e a capacidade de resposta dos mecanismos de cooperação e coordenação federativa. A partir dessa compreensão pode-se iniciar a análise sobre modelos alternativos.

- a) A partir da aplicação da versão experimental da base de dados, elaboração da versão consolidada.
- b) Quadro dos principais impactos sobre a demanda de serviços públicos em áreas que recebem grandes investimentos.

- c) Interpretação e tendências das experiências de cooperação e coordenação federativa nas oito áreas selecionadas;
- d) Análise da capacidade de resposta observada dos arranjos de coordenação e cooperação diante das transformações verificadas e esperadas.
- e) Análise prospectiva de modelos alternativos aos adotados em cada área e suas respectivas capacidades de respostas diante dos impactos verificados e esperados.

Realização de **4º workshop** em junho de 2013

1. Relatório das principais transformações em áreas que recebem grandes investimentos.
2. Relatório com interpretações e possíveis tendências para a cooperação e coordenação entre entes federados em áreas de grandes investimentos.
3. Relatório que analise modelos alternativos aos adotados em cada área e suas respectivas capacidades de respostas diante das transformações verificadas e esperadas.

Etapa V: O principal objetivo dessa etapa é o de sistematizar os principais achados (teóricos e empíricos) da pesquisa, comparando os casos e apresentar recomendações para a melhoria da coordenação e cooperação federativa em áreas de grandes investimentos no Brasil.

- a) Elaboração de versão final da base de dados.
- b) Elaboração de síntese dos principais achados da pesquisa;
- c) Identificação de novas informações relevantes a serem incluídas em novas pesquisas;
- d) Elaboração de recomendações para a melhoria da cooperação e coordenação federativa em áreas de grandes investimentos no Brasil.

Realização de **5º workshop** outubro de 2013

Produtos:

1. Base de dados final reunindo os dados da MUNIC e do OCPF
2. Relatório com os principais achados da pesquisa
3. Relatório de recomendações para a melhoria da cooperação e coordenação federativa no Brasil.

Etapa final:

Elaboração de textos para divulgação com os resultados da pesquisa.

Encerramento da pesquisa em março de 2014.

7.3. Período de duração do projeto:

Período total: 24 meses.

8. Atividades, Produtos e Resultados Esperados:

8.1. Resultados e produtos esperados:

As principais atividades, resultados e produtos esperados do trabalho proposto: quadro a seguir.

Quadro 1 – Atividades, Resultados Esperados e Produtos

ETAPA	EQUIPE	ATIVIDADES
I	IPEA	<ul style="list-style-type: none"> • Propor o quadro referencial e metodológico da pesquisa;
	IBGE e OCPF	<ul style="list-style-type: none"> • Propor os procedimentos para a consolidação de uma base de dados sobre consórcios a partir da MUNIC e OCPF.
	IDESP IMESC IPECE UFRN CONDEPE/ FIDEM IJSN PUC/RJ	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os investimentos em cada área de estudo. • Propor classificação sobre a natureza das transformações decorrentes de grandes investimentos; • Propor critérios que delimitem a área de influência e seleção de setores impactados pelos grandes investimentos;
	TODOS	<ul style="list-style-type: none"> • Definir o quadro referencial e metodológico da pesquisa; • Definir o procedimentos para a consolidação de uma base de dados sobre consórcios a partir da MUNIC e OCPF, a partir de proposta elaborada pelo IBGE/OCPF; • Identificação dos investimentos em cada área de estudo. • Definir a natureza das transformações decorrentes de grandes investimentos; • Definir a área de influência e seleção de setores impactados pelos grandes investimentos; <p>1º workshop – duração de dois dias, no final de abril em Brasília.</p> <p>Produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Termo de Referência do projeto; • Plano de trabalho; • Relatório de procedimentos para a consolidação de uma base de dados sobre consórcios a partir da MUNIC e OCPF. <p>Obs. Os produtos deverão ser entregues com uma semana de antecedência para serem discutidos na oficina.</p>
II	IPEA	<ul style="list-style-type: none"> • Propor os referenciais básicos para uma metodologia de identificação dos principais impactos em áreas que recebem grandes investimentos;
	IBGE e OCPF	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar uma versão experimental das bases de dados da MUNIC e do OCPF.
	IDESP IMESC IPECE UFRN CONDEPE/ FIDEM IJSN PUC/RJ	<ul style="list-style-type: none"> • Propor uma caracterizar as áreas de influência a partir da definição dos setores impactados, da magnitude dos grandes investimentos e das características de cada região; • Identificar estudos existentes e suas respectivas metodologias; • Propor a relação dos atores públicos e privados que condicionam a magnitude e natureza das transformações e/ou a cooperação e coordenação federativa na área.

		<ul style="list-style-type: none"> • Propor a seleção de pessoas a serem entrevistadas e elaboração do roteiro de entrevistas;
	TODOS	<ul style="list-style-type: none"> • Definir a caracterização das áreas de influência a partir da definição dos setores impactados, da magnitude dos grandes investimentos e das características de cada região; • Definir a relação dos atores públicos e privados que condicionam a magnitude e natureza das transformações e/ou a cooperação e coordenação federativa na área. • Definir a seleção de pessoas a serem entrevistadas e elaboração do roteiro de entrevistas; <p>2º workshop – duração de dois dias e meio, no final de julho, fora de Brasília.</p> <p>Produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório de caracterização de cada uma das áreas de estudo. • Relatório com a relação dos estudos já existentes sobre a área. • Roteiro metodológico para a identificação dos principais impactos sobre a demanda de serviços públicos em áreas que recebem grandes investimentos. • Relatório sobre os atores públicos e privados que condicionam a magnitude e natureza das transformações e/ou a cooperação e coordenação federativa na área e a seleção de pessoas a serem entrevistadas e elaboração do roteiro de entrevistas. • Versão experimental das bases de dados da MUNIC e do OCPF <p>Obs. Os produtos deverão ser entregues com uma semana de antecedência para serem discutidos na oficina.</p>
III	IPEA IBGE OCPF	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as principais características que podem estar relacionadas a formação de mecanismos de cooperação e coordenação, em especial consórcios públicos, nas áreas de grandes investimentos utilizando a versão experimental da base de dados.
	IDESP IMESC IPECE UFRN CONDEPE/ FIDEM IJSN PUC/RJ	<ul style="list-style-type: none"> • Propor uma versão preliminar da identificação transformações dos principais impactos sobre a demanda de serviços públicos em áreas que recebem grandes investimentos. • Identificação e descrição da trajetória de experiências de cooperação e coordenação federativa em cada uma das áreas estudadas; • Realização de entrevistas;

	<p>TODOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a versão preliminar da identificação dos principais impactos em áreas que recebem grandes investimentos. • Analisar a descrição da trajetória de experiências de cooperação e coordenação federativa em cada uma das áreas estudadas; <p>3º workshop - duração de dois dias, início de novembro e fora de Brasília. Produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório das principais características que podem estar relacionadas à formação de mecanismos de cooperação e coordenação, em especial consórcios públicos, nas áreas de grandes investimentos. • Relatório preliminar identificando os impactos dos principais impactos sobre a demanda de serviços públicos em áreas que recebem grandes investimentos. • Relatório descritivo da trajetória de experiências de cooperação e coordenação federativa em cada uma das áreas estudadas. <p>Obs. Os produtos deverão ser entregues com uma semana de antecedência para serem discutidos na oficina.</p>
	<p>IBGE e OCPF</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Propor uma versão consolidada da base de dados.
<p>IV</p>	<p>IPEA IDESP IMESC IPECE UFRN CONDEPE/ FIDEM IJSN PUC/RJ IBGE OCPF</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Propor o quadro dos principais impactos em áreas que recebem grandes investimentos. • Propor (uma ou, qual couber, mais de uma) interpretação e possíveis tendências para as experiências de cooperação e coordenação federativa nas oito áreas selecionadas; • Análise da capacidade de resposta observada dos arranjos de coordenação e cooperação diante das transformações verificados e esperados. • Análise prospectiva de modelos alternativos aos adotados em cada área e suas respectivas capacidades de respostas diante das transformações verificadas e esperados. <p>4º workshop – duração de dois dias, em junho de 2013 em local a ser definido. Produtos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório dos principais impactos em áreas que recebem grandes investimentos. • Relatório com interpretações e possíveis tendências para a cooperação e coordenação entre entes federados em áreas de grandes investimentos.

		<ul style="list-style-type: none"> Relatório que analise modelos alternativos aos adotados em cada área e suas respectivas capacidades de respostas diante das transformações verificados e esperados.
V	IPEA IDESP IMESC IPECE UFRN CONDEPE/ FIDEM IJSN PUC/RJ IBGE OCPF	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de versão final da base de dados. Elaboração de síntese dos principais achados da pesquisa; Identificação de novas informações relevantes a serem incluídas em novas pesquisas; Elaboração de recomendações para a melhoria da cooperação e coordenação federativa em áreas de grandes investimentos no Brasil. <p>5º workshop – duração de dois dias em outubro de 2013 em local a ser definido.</p> <p>Produtos</p> <ul style="list-style-type: none"> Base de dados final reunindo os dados da MUNIC e do OCPF Relatório com os principais achados da pesquisa Relatório de recomendações para a melhoria da cooperação e coordenação federativa no Brasil.
Etapa Final	IPEA IDESP IMESC IPECE UFRN CONDEPE/ FIDEM IJSN PUC/RJ IBGE OCPF	<p>Elaboração de textos para divulgação com os resultados da pesquisa.</p> <p>Encerramento da pesquisa em março de 2014.</p>